

---

SOC 1286 GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Prof. João Roberto Lopes Pinto

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 HORAS

CRÉDITOS: 4

PRÉ-REQUISITO(S): Não há pré-requisito.

---

**OBJETIVOS**

Oferecer aos alunos modelos de análise e avaliação de políticas públicas, com ênfase na agenda de políticas públicas no Brasil. Com a disciplina se pretende, igualmente, capacitar os alunos para a avaliação de políticas públicas em curso no País.

**EMENTA**

As origens e definições das políticas públicas como campo disciplinar. Modelos teóricos sobre processos decisórios e políticas públicas. A agenda das políticas públicas no Brasil: o debate em torno aos padrões de relação sociedade e Estado, a questão do pacto federativo, da participação nas políticas sociais, da reforma do Estado e os dilemas entre público e privado.

**PROGRAMA**

***1. Primeiras aproximações sobre a temática “políticas públicas”***

LOWI, Theodore. “O Estado e a ciência política ou como nos convertemos naquilo que estudamos”. IN: *Boletim Informativo Bibliográfico*. São Paulo: Anpocs, n. 38, p. 3-14, 1994.

MARQUES, Eduardo. “As políticas públicas na Ciência Política”. In: Eduardo Marques & Carlos de Faria (orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*, São Paulo, Ed Unesp, 2013.

PINTO, João Roberto L.. “Políticas Públicas e o conhecimento do ‘Estado em ação’”. IN: BATISTA, Cristiane e MUÑOZ, Enara. *Teoria e Prática da Política*. Curitiba: Appris Editora, 2017.

TREVISAN, Andrei Pittol e BELLEN, Hans Michael van. “Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção”. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV/Ebape, 42 (3): 529-550, maio/jun. 2008.

***2. Modelos de análise de políticas públicas***

### *2.1. Institucional (o “neo-institucionalismo”)*

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. “As três versões do neo-institucionalismo”. IN: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, (58): 193-223, 2003.

### *2.2 Papel das ideias e do conhecimento*

CAPELLA, Ana Maria. “Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas”. In: HOCHMAN, G. et alli (org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p 87-122.

KINGDON, John W.. “Como chega a hora de uma idéia?”. IN: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas – Coletânea Volume 1*. p. 219—246, 1995.

### *2.3 Papel dos atores, grupos e redes*

MARQUES, E. “Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Anpocs: São Paulo, vol. 21, No. 60, fevereiro de 2006, p. 15-41.

### *2.4 Condicionantes culturais, sociais e econômicos*

PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, Capítulos 1 e 6.

### *2.5 Estado, políticas públicas e relações de classe*

GURGEL, C. e JUSTEN, A. “Marxismo, Estado e políticas públicas”. GT 18 – Marxismo e Ciências Sociais, da ANPOCS, em outubro de 2011, publicado na revista *Comunicação & Política*, vol. 29, n.3,set/dez, 2011.

## ***3. Emergência das políticas públicas como campo disciplinar no Brasil***

SOUZA, C. “‘Estado do campo’ da pesquisa em políticas públicas no Brasil”. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Anpocs: São Paulo, vol. 18, No. 51, fevereiro de 2003, p. 15-20.

SUDANO, A. et alli. “O debate sobre a pesquisa em políticas públicas no Brasil a partir da análise dos trabalhos apresentados na ANPOCS: evolução e desafios”. XXXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT30 – Políticas Públicas, outubro de 2015 (mimeo).

## ***4. Agenda de estudo e pesquisa sobre políticas públicas no Brasil***

### *4.1 Trajetória e padrões de relação Estado/sociedade*

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, Capítulos 1 e 2.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987, Cap. 1.

### *4.2 Reforma do Estado e gestão pública*

ABRÚCIO, F. “Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas”. IN: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV/Ebape, Edição Especial Comemorativa, 1967-2007, p. 67-86.

DI PIETRO, M. S. Z (2015). *Parcerias na Administração Pública*. São Paulo: Editora Atlas, Capítulo 7.

PEREIRA, Bresser. “Burocracia pública e reforma gerencial”. IN: *Revista do Serviço Público*. Brasília: ENAP, p. 29-48, 2007.

#### 4.3 O regime de proteção social no Brasil

ARRETCHE, Marta. “Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: Problemas de Coordenação e Autonomia”. In: *São Paulo em Perspectiva*, 18/02, pp. 7-26, 2004.

CARDOSO, José C. e JACCOUD, L. “Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal”. In: JACCOUD, L. (org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

DRAIBE, Sônia. “As Políticas Sociais e o Neoliberalismo”. In: *Revista da USP*. São Paulo, .n. 17, p. 86-101, 1993.

#### 4.4 Participação e parceria nas políticas públicas

DAGNINO, E. . “Sociedade Civil: espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades”. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, p. 279-302, 2002.

GURZA Lavallo, Adrian. “Após a participação: nota introdutória”. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, 84, pp. 13-23, 2011.

SILVA, F. B., JACCOUD, L. e BEGHIN, N. “Políticas Sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias”. IN: JACCOUD, L. (org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

#### 4.5 Empresariado e políticas públicas

LAZZARINI, S. G. *Capitalismo de laços*. Rio de Janeiro: Elsevier, Capítulos 1 ao 4, 2011.

PINTO, João Roberto L. e MANSOLDO, Felipe F.. “A Fibria, o BNDES e o ‘novo’ papel do Estado no capitalismo brasileiro: do ‘Estado-empresário’ ao ‘Estado-empresa’”. In: *Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas*. Juiz de Fora: HOMA, N.01, Vol. 02, p. 41-84, janeiro/2018.

*Obs: a bibliografia poderá sofrer ajustes ao longo do curso*

#### **AValiação**

Serão duas avaliações. Uma primeira será no formato de prova discursiva, contendo questões relativas ao conteúdo tratado em sala. A outra avaliação consistirá em um trabalho final de análise sobre alguma política pública, que deverá ser apresentada na forma de artigo, com no mínimo 4.500 palavras.